

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

BOLSISTA: ANDRÉ LUIZ BRITO SILVA FERREIRA (BOLSISTA EIC)

LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

PERÍODO DA COLETA: 01/04/2023 até 30/04/2023

DATA DA NOTÍCIA: 01/03/2023

Título: Governo Lula tem 38% de aprovação, diz Datafolha

Fonte pesquisada: <https://www.poder360.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.poder360.com.br/pesquisas/governo-lula-tem-38-de-aprovacao-diz-datafolha/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem 38% de aprovação ao fim de 3 meses de governo, segundo pesquisa Datafolha divulgada neste sábado (1º.abr.2023). Conforme o levantamento, o percentual de reprovação é de 29%, deixando o chefe do Executivo tecnicamente empatado com os 30% registrados no mesmo período do 1º ano do governo de Jair Bolsonaro (PL). O desempenho de Bolsonaro é o pior desde a redemocratização de 1985 entre presidentes em 1º mandato. Na época, o ex-presidente era aprovado por 32% dos entrevistados e considerado regular por 33%.

Na pesquisa divulgada neste sábado (1º.abr), 38% consideram o governo Lula ótimo ou bom; 30% disseram ser regular; 29% falaram ser ruim ou péssimo e 3% não souberam responder. O Datafolha ouviu, de forma presencial, 2.028 pessoas acima dos 16 anos. As entrevistas foram realizadas em 126 cidades brasileiras de 29 a 30 de março. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

A aprovação dos 3 primeiros meses do novo governo Lula é menor do que as registradas pelo Datafolha no mesmo período do início dos mandatos anteriores do petista.

Nos primeiros 90 dias da gestão de 2003, Lula era aprovado por 43% dos entrevistados e reprovado por 10%. Nos 3 primeiros meses de 2007, o percentual dos que consideravam o governo ótimo ou bom era de 48%, enquanto os que achavam a gestão ruim ou péssima somavam 14%. Agora, Lula tem melhor avaliação entre nordestinos (53% de ótimo e bom). A pior é entre os moradores do Sul (29% de aprovação), evangélicos (28%) e mais ricos (30%). A maioria (51%) dos entrevistados disse considerar que Lula fez menos do que esperavam nesses 3 meses. Outros 18% falaram que o presidente fez pelo país mais do que imaginavam; 25% responderam que o chefe do Executivo fez pelo Brasil o que estavam esperando. Outras respostas somam 2% e 4% disseram que não sabiam responder.

A metade (50%) respondeu acreditar que Lula fará um governo ótimo ou bom; 27% disseram pensar que o presidente terá uma gestão regular; 21%, ruim ou péssima. Os que não souberam responder representam 1% dos entrevistados.

Sobre as promessas de campanha, 28% responderam que Lula cumprirá a maioria; 50%, que ele executará parte delas, mas não a maioria; 21% disseram que o presidente não vai realizar nenhuma promessa e 1% não souberam responder.

Pesquisa PoderData divulgada em 1º de fevereiro mostra que Lula começou seu novo mandato como o 3º presidente mais rejeitado desde a volta das eleições diretas no Brasil. O chefe do Executivo foi considerado “ruim” ou “péssimo” por 35% dos eleitores depois de 1 mês no cargo.

Só Dilma Rousseff (PT) em 2015 (no 2º mandato) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em 1999 (também no 2º mandato) ficaram numericamente à frente de Lula, rejeitados por 44% e 36%, respectivamente, nos meses iniciais de cada governo.

Bolsonaro era considerado “ótimo” ou “bom” por 39% no 2º mês de seu mandato –patamar semelhante ao de Lula (43%). Mas só 19% o avaliavam como “ruim” ou “péssimo”.

A pesquisa foi realizada pelo PoderData, empresa do grupo Poder360 Jornalismo, com recursos próprios. Os dados foram coletados de 29 a 31 de janeiro de 2022, por meio de ligações para celulares e telefones fixos. Foram 2.500 entrevistas em 288 municípios nas 27 unidades da Federação. A margem de erro é de 2 pontos percentuais. O intervalo de confiança é de 95%.

DATA DA NOTÍCIA: 03/04/2023

Título: Posicionamento de Lula contra alta na taxa de juros é aprovado por 80%, aponta Datafolha

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/04/03/posicionamento-de-lula-contra-alta-na-taxa-de-juros-e-aprovado-por-80-aponta-datafolha>

De acordo com a pesquisa Datafolha divulgada no último sábado (1º), 80% dos entrevistados acreditam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está agindo corretamente em relação a taxa de juros estabelecida pelo Banco Central (BC). Somente para 16%, o mandatário age mal.

Entre os entrevistados que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.604), o percentual de apoio ao presidente é o maior quando o assunto é taxa de juros: 85% concordam com o petista. Também há apoio expressivo entre aqueles que têm somente o ensino fundamental (84%), os desempregados (91%) e os entrevistados que se declaram pretos (84%). O apoio diminui entre aqueles que têm ensino superior (24%), os empresários (28%) e entre os que se declaram brancos (19%).

Desde que assumiu a Presidência da República, Lula tem desferido críticas públicas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e a outros integrantes da instituição devido à manutenção da taxa de juros, a Selic, em 13,75% ao ano.

O índice é considerado um dos maiores em todo o mundo e dificulta empréstimos para investimentos no país e, conseqüentemente, geração de renda e emprego, além de prejudicar o pagamento de dívidas.

Desde setembro do ano passado, a taxa tem se mantido em 13,75%, depois de ter alcançado esse patamar por meio de 12 altas consecutivas. O argumento de Campos Neto é o controle da inflação, baseado em decisões técnicas. Para Lula e economistas como André Lara Resende, no entanto, a inflação brasileira não é decorrente do aumento de demanda, mas de problemas na oferta.

Sobre a taxa de juros, 71% dos entrevistados responderam que a Selic está acima do aceitável. Mesmo entre aqueles que se disseram apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que indicou Campos Neto ao BC, 77% afirmam que os juros estão mais altos do que deveria.

DATA DA NOTÍCIA: 04/04/2023

Título: Datafolha: 51% defendem Bolsonaro inelegível; 45% são contra punição pelo TSE

Fonte pesquisada: <https://www.folha.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/datafolha-51-defendem-bolsonaro-inelegivel-45-sao-contra-punicao-pelo-tse.shtml>

Metade dos eleitores brasileiros quer que Jair Bolsonaro (PL) seja condenado por sua campanha contra as urnas eletrônicas e se torne inelegível por oito anos, conforme prevê a lei. Outros 45% acreditam que ele é inocente e deveria ser poupado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Para 51% dos entrevistados pelo Datafolha nos dias 29 e 30 de março, a perda dos direitos políticos é a punição mais correta para o ex-presidente, que trabalhou para desacreditar o sistema eleitoral brasileiro mesmo antes de tomar posse, em 2019.

Já 45% acreditam que Bolsonaro deve ser liberado pela Justiça Eleitoral para disputar pleitos. Não souberam avaliar a questão estimulada pelo Datafolha 4% dos 2.028 ouvidos. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Nos meios políticos e jurídicos, há a avaliação de que o ex-presidente corre grande risco de ser condenado ao menos em 1 das 16 ações que correm contra si no Tribunal Superior Eleitoral. É aquela proposta pelo PDT que coloca no centro da discussão a reunião que Bolsonaro promoveu com embaixadores estrangeiros em julho do ano passado. No encontro, ele desfiou seu rosário conspiratório contra a segurança das urnas eletrônicas, repassando argumentos falsos que já havia apresentado diversas vezes, como no caso de uma live em que dizia provar a fragilidade do mecanismo utilizado sem registro de problemas graves no Brasil desde que começou a ser usado em 1996.

Esta é a parte mais tangível das ameaças à democracia estimuladas pelo ex-presidente ao longo de seus quatro anos no poder.

Saudosista assumido da ditadura de 1964 e capitão reformado do Exército, sugeriu apoio militar a um autogolpe diversas vezes, só para recuar e dizer que jogava dentro "das quatro linhas da Constituição".

Ao fim, abandonou o país antes do fim do mandato para não passar a faixa a Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e seus apoiadores radicalizaram-se até a apoplexia dos atos de 8 de janeiro em Brasília, em que as sedes dos três Poderes foram depredadas. Bolsonaro, que voltou ao

Brasil na semana passada após 89 dias de exílio voluntário na Flórida, diz que não há motivos para ser tornar ilegível.

A avaliação sobre o destino desejado ao ex-presidente segue o padrão de seu apoio no eleitorado. A defesa da punição é maior entre mulheres e os mais pobres, enquanto homens pró e contra a condenação empatam e os mais ricos, defendem liberar Bolsonaro.

DATA DA NOTÍCIA: 06/04/2023

Título: Governo vai apresentar PEC que proíbe militares da ativa de disputar eleições e ter cargo no Executivo

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/governo-vai-apresentar-pec-que-proibe-militares-da-ativa-de-disputar-eleicoes-e-ter-cargo-no-executivo/>

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem pronta uma minuta de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) proibindo militares da ativa de assumir cargos no Executivo e disputar eleições. O texto deve ser apresentado por um parlamentar “aliado de centro”. A informação é do jornal O Estado de S. Paulo.

De acordo com o diário paulista, que afirma ter obtido a minuta, o texto determina a transferência para a reserva, demissão ou licença ex officio do militar que registrar sua candidatura, independentemente do resultado das eleições.

O texto teria sido preparado pelo Ministério da Defesa, comandado por José Múcio Monteiro, depois de consultar os comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, diz a publicação, que ouviu o ministro. “Houve grande aceitação. Está tudo pacificado”, disse Múcio. O jornal acrescenta que o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Joseli Camelo, afirmou que “lugar de militar é no quartel”.

Desde o início, o objetivo do governo é deixar para trás a politização das Forças Armadas patrocinada por Jair Bolsonaro, que tinha a intenção de dividir os militares, o que em parte conseguiu com seu discurso hostil à democracia e golpista.

Segundo o Estadão, “os fardados não aceitam, porém, mudar o artigo 142 da Constituição”. A bancada do PT na Câmara dos Deputados constrói uma PEC e busca assinaturas para alterar esse dispositivo, muito usado por Bolsonaro e seguidores, para argumentar que as Forças Armadas poderiam exercer um “poder moderador” no país e, em última instância, tutelar os poderes. Confira aqui a íntegra do texto da PEC.

O artigo 142 diz que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” – daí o termo “garantia da lei e da ordem” (GLO). O texto da PEC defendida pelo PT tira o caráter dúbio do artigo, e propõe as Forças Armadas “organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob o comando supremo do Presidente da República, (que) destinam-se a assegurar a independência e a soberania do país e a integridade do seu território”.

DATA DA NOTÍCIA: 12/04/2023

Título: Bate-boca encerra audiência do ministro Flávio Dino na Câmara

Fonte pesquisada: <https://valor.globo.com/>

Link da notícia:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/04/12/bate-boca-encerra-audiencia-de-dino-na-camara.ghtml>

A audiência na Comissão de Segurança da Câmara que nessa terça-feira (11) ouviu o ministro da Justiça, Flávio Dino, foi marcada por confusões entre deputados e até intervenção da polícia legislativa. Diante do clima de animosidade, o presidente da comissão, deputado Sanderson (PL-RS), declarou a sessão encerrada, e o ministro levantou-se e foi embora.

Durante a audiência, deputados de oposição gritavam palavras contrárias ao governo toda vez que o ministro começava a falar. Deputados da base reagiram às manifestações, enquanto Dino alegava que não conseguia falar em meio às interrupções.

Dino foi à Câmara para prestar esclarecimentos sobre decretos relacionados a armas; falhas na segurança em 8 de janeiro e uma visita sua ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Desde o início a reunião foi pontuada por discussões entre parlamentares e interrupções da fala do ministro. Após quase duas horas de participação na comissão, o ministro resolveu ir embora em meio a uma confusão entre parlamentares que acompanhavam a audiência.

Houve um momento em que os deputados tiveram uma discussão mais ríspida que demandou a intervenção da polícia legislativa para separar a briga. Foi o estopim para o fim da sessão e Dino ir embora. A oposição começou a gritar “fujão”. Os deputados da base do governo Lula revidaram com “fujão é o Bolsonaro”.

Durante a briga, o deputado Zé Trovão (PL-SC) e o deputado Duarte Júnior (PSB-MA) trocaram agressões. Os parlamentares foram contidos pelos policiais legislativos. O deputado Duarte Júnior acusou Carla Zambelli (PL-SP) de tê-lo mandado “tomar no...”. O parlamentar, que é um dos principais aliados de Flávio Dino, afirmou que vai representar contra Zambelli na Comissão de Ética da Casa. O ministro saiu da comissão da Câmara dizendo estar se sentindo ameaçado e pedindo providências ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

No Twitter, Dino escreveu que “deputados extremistas adotaram atitudes ameaçadoras”.

"Infelizmente, deputados extremistas adotaram uma sequência de atitudes ameaçadoras, ofensivas e agressivas, impedindo a realização de audiência na Comissão de Segurança Pública da Câmara. Considero um desrespeito ao povo brasileiro e ao próprio Poder Legislativo”, afirmou o ministro.

Antes da confusão, ainda durante a sessão, o deputado Junio Amaral (PL-MG), defensor da política de armas feita por Bolsonaro, chegou a afirmar que o ministro se portava como “tchutchuca” junto a membros do crime organizado e como “tigrão” com os terroristas golpistas de 8 de janeiro.

O tumulto dessa terça-feira repetiu o ocorrido em uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) há duas semanas, quando Dino participou de audiência para tratar dos mesmos temas.

DATA DA NOTÍCIA: 10/04/2023

Título: Lula fala em 'olhar para o futuro', mas diz ver 'gente que não gosta de democracia' impregnada no governo

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/10/brasil-voltou-a-olhar-para-o-futuro-mas-ainda-ha-gente-que-nao-gosta-de-democracia-impregnada-no-governo-diz-lula.ghtml>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta segunda-feira (10), ao abrir uma reunião com ministros para marcar os primeiros 100 dias de mandato, que o Brasil "voltou a olhar para o futuro" e investir em infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento.

"O Brasil voltou a olhar para o futuro. Olhar para o futuro significa investir em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, geração e transmissão de energia, conectividade, expansão do pré-sal, energia solar, eólica, entre outras iniciativas que irão colocar outra vez o Brasil no rumo do desenvolvimento. Mas significa, antes de tudo, olhar para as pessoas", disse.

Lula ressaltou, no entanto, que ainda vê "gente que não gosta de democracia impregnada" no governo. E anunciou que, ao retornar da viagem oficial à China, passará a exigir carteira de vacinação para acesso de funcionários e autoridades ao Palácio do Planalto.

O governo federal lançou uma campanha publicitária para marcar os 100 dias do mandato, baseada na frase "o Brasil voltou". No discurso desta segunda, aberto à imprensa e transmitido pelas redes oficiais do governo, Lula usou a expressão diversas vezes.

"O Brasil voltou a cuidar, sobretudo, dos brasileiros e brasileiras que mais precisam e que nos últimos anos foram a principal vítima da ausência de governo neste país. O Brasil voltou para conciliar crescimento econômico com inclusão social, para reconstruir e seguir adiante. O Brasil voltou a ser outra vez um país sem fome", enumerou o presidente.

"Nós ainda temos 1.360 dias para seguir reconstruindo esse país. Significa que temos chances e mais chances e mais chances. Cada erro que a gente cometer, a gente vai ter sempre cem dias para recuperar e fazer as coisas certas", disse.

DATA DA NOTÍCIA: 17/04/2023

Título: A volta do Brasil e da Argentina à Unasul: uma reintegração da América do Sul?

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/17/a-volta-do-brasil-e-da-argentina-a-unasul-uma-reintegracao-da-america-do-sul>

O governo Lula começou seu terceiro mandato com uma agenda internacional intensa, buscando uma reintegração do Brasil com o mundo e a América Latina. Com a volta do país à União de Nações Sul-Americanas (Unasul), por meio de um decreto, o governo faz um importante gesto aos países do sul do continente.

A Argentina acompanhou a decisão e, na mesma semana, anunciou sua volta à Unasul. Como primeiro movimento de retorno conjunto ao bloco, a embaixadora brasileira Gisela Padovan entregou a Carta de Ratificação do Tratado Constitutivo da Unasul à embaixadora

argentina Luciana Tito, em Buenos Aires, na terça-feira (11). A adesão dos dois países mais economicamente importantes da região à Unasul sugere um novo processo de integração regional, que é herdeiro de um importante movimento de cooperação entre os países da América do Sul durante a primeira década dos anos 2000.

Mariana Vázquez, integrante do Observatório do Sul Global, observa que a Unasul é um importante instrumento de dimensão geopolítica, e que sua recuperação, portanto, poderia significar uma reinserção conjunta no contexto político e econômico internacional. "A projeção internacional das geografias da nossa região é muito diferente se pensada a partir da unidade, e não da perspectiva de países isolados", afirma.

Em termos concretos de integração regional para a relação com outras regiões – especialmente as potências –, costuma-se destacar duas principais experiências da Unasul: o Conselho de Defesa Sul-Americano e o Conselho de Saúde. No âmbito deste Conselho, os países também se posicionaram de maneira mais autônoma em relação à agenda estadunidense, como destaca Vázquez. "A Unasul situou a problemática das drogas como uma questão de saúde pública, que não deve castigar os setores mais vulneráveis", pontua. "Também pôde definir uma doutrina sul-americana de defesa centrada nos nossos interesses, por exemplo, na defesa dos nossos recursos naturais, ou bens comuns, em tensão com a perspectiva global."

No caso do Conselho de Saúde, os países da Unasul tinham a possibilidade de fazer compras conjuntas de medicamentos, o que é vantajoso em termos de preço e garante uma maior capacidade de negociação. "Algo que fez muita falta na pandemia", destaca Albuquerque, citando o caso do Brasil.

Neste novo momento do bloco, a reintegração de dois países de peso como Brasil e Argentina abre a possibilidade de um novo capítulo. No entanto, cabe destacar que a Argentina atravessa um ano eleitoral e seu destino é incerto.

Para a nova etapa da Unasul, os temas discutidos até então entre Brasil e Argentina incluem saúde, defesa, tráfico transfronteiriço, integração de cadeias produtivas e infraestrutura, além do vínculo com outras regiões do Sul Global, com destaque para iniciativas com os países árabes e africanos. Também entra em discussão uma nova sede para a Unasul.

DATA DA NOTÍCIA: 18/04/2023

Título: Violência contra escolas: governo anuncia 225 prisões e R\$ 3,1 bi para conter ataques

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/18/violencia-contra-escolas-governo-anuncia-225-prisoas-e-r-3-1-bi-para-conter-ataques>

Os chefes dos Três Poderes, 27 governadores, prefeitos, ministros e secretários estaduais se reuniram, nesta terça-feira (18), sob comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Palácio do Planalto, para o anúncio de um pacote de medidas para prevenir a violência nas escolas.

Durante o encontro, Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública, anunciou que 225 pessoas foram presas ou apreendidas nos últimos dez dias, por incentivarem, colaborarem ou elaborarem planos de ataques a escolas em todo o país.

Ainda de acordo com Dino, por alguma forma de envolvimento com a violência nas escolas, 756 perfis em diferentes redes sociais foram retirados do ar, 694 adultos e adolescentes foram intimados para que prestem depoimento em delegacias e 155 mandatos de busca e apreensão foram expedidos.

O governo anunciou um pacote de R\$ 3,1 bilhões para ações nas escolas, contra os ataques e ameaças ocorridas em todo o país. Destes, o Ministério da Educação antecipou R\$ 1,097 bi da parcela de setembro do Programa Direto na Escola, para serem investidos em melhorias. O MEC também anunciou a liberação de outros R\$ 1,8 bi para as instituições de ensino.

Lula focou seu discurso nas críticas à falta de moderação das redes sociais. “Ou nós temos coragem de discutir a diferença entre liberdade de expressão e cretinice ou não chegaremos muito à frente”, afirmou o presidente.

O apelo por maior vigilância das redes sociais foi acompanhado por Flávio Dino e Alexandre de Moraes, ministro do Superior Tribunal Federal (STF). “Creio que é dever de todos, com responsabilidade, enfatizarmos que cada pai, mãe, tio, tia, vô e avó, é responsável por acompanhar essa invenção divina, mas ocupada por péssimos valores, chamada internet. Nenhum de nós conseguirá sozinho combater os discursos de ódio na internet”, explicou Dino.

Moraes insistiu. “O modus operandi usado nas escolas é exatamente o mesmo utilizado contra as urnas eletrônicas e a democracia, o modus operandi instrumentalizado no dia 8 de janeiro. As redes sociais ainda se sentem como uma terra sem lei, precisamos regulamentar isso.”

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) pediu atenção com a saúde dos estudantes. “É evidente o aumento de problemas psiquiátricos e psicológicos em nossas crianças, principalmente após a pandemia. Impor às famílias que cuidem dos problemas psicológicos de nossas crianças é equivocado, o Estado brasileiro precisa estar presente dentro das casas e das escolas.”

Pacheco se comprometeu com a corroboração com o projeto de lei que criminaliza as fake news nas redes sociais, de autoria do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), que já foi aprovado em primeiro turno no Senado e aguarda posicionamento da Câmara dos Deputados.

DATA DA NOTÍCIA: 18/04/2023

Título: PF prende mais 13 suspeitos de participar dos atos golpistas e busca três foragidos

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/18/pf-cumpre-mandados-no-df-e-em-7-estados-para-identificar-envolvidos-nos-atos-golpistas.ghtml>

A Polícia Federal prendeu nesta terça-feira (18) mais 13 suspeitos de envolvimento nos atos golpistas do dia 8 de janeiro. Outros três alvos de mandados são tratados pela corporação como foragidos. Os mandados de prisão preventiva foram cumpridos no Distrito Federal e em sete estados: Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao todo, segundo a PF, havia também 22 mandados de busca e apreensão. A lista completa dos alvos não foram divulgados até a última atualização deste texto.

Essa foi a 10ª fase da operação Lesa Pátria, deflagrada pela Polícia Federal e por órgãos de controle ainda em janeiro para tentar identificar os envolvidos nos atos que depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro.

A nova fase acontece no mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, em plenário virtual, 100 denúncias oferecidas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra suspeitos de participação nos atos.

Esses 100 denunciados fazem parte do grupo de 294 suspeitos que permanecem em prisão preventiva. O julgamento vai até a próxima segunda-feira (24), e define se essas pessoas se tornam réus por crimes ligados aos atos golpistas.

Primeiro a votar, o ministro relator Alexandre de Moraes defendeu que todos esses 100 se tornem réus. O julgamento teve apenas 10 votos, em razão da aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski no início de abril.

DATA DA NOTÍCIA: 19/04/2023

Título: Brasil celebra 1º Dia dos Povos Indígenas após mudança em lei; entenda a diferença entre índio e indígena

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/google/amp/educacao/noticia/2023/04/19/brasil-celebra-1o-dia-dos-povos-indigenas-apos-mudanca-em-lei-entenda-a-diferenca-entre-indio-e-indigena.ghtml>

Pela primeira vez, o Brasil celebra neste 19 de abril o "Dia dos Povos Indígenas" - e não mais o "Dia do Índio", como a data era conhecida até o ano passado. A mudança foi oficializada em julho de 2022 com a aprovação da Lei 14.402. O motivo é que a palavra "índio" é considerada problemática por ser um termo genérico e não considerar a diversidade dos povos indígenas.

Há anos, defensores das causas indígenas já argumentam que a data, que marca a luta dos povos originários pela sobrevivência desde a colonização do Brasil até os genocídios modernos, deveria ser chamada de "Dia dos Povos Indígenas".

De acordo com a professora e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) Márcia Mura, a alteração era necessária para refletir as ideias e lutas das diversas sociedades indígenas. Segundo Mura, o termo índio reproduz a visão do colonizador que remete à ideia eurocêntrica de que os indígenas são atrasados e iguais, desconsiderando as diferenças linguísticas e culturais. Em contrapartida, "indígena" é uma palavra que significa "natural do lugar em que vive". O termo exprime que cada povo, de onde quer que seja, é único.

O escritor indígena, doutor em educação pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos Daniel Munduruku também acredita que a palavra "índio" "esconde toda a diversidade dos povos indígenas". A mestra em Linguística Aplicada pela PUC-SP Maria Vitória Berlink defende que o movimento de adoção ao termo "indígena" é signifiante porque representa a exposição das individualidades dos povos.

"Os colonizadores portugueses e espanhóis, principalmente, usavam a palavra 'índio' para qualquer povo originário que encontravam pelo território. É um termo raso, que não considera qualquer traço individual destes povos. O que estes mesmos povos tentam fazer agora é tomar para si o direito de se definirem e de mostrar que são mais do que o termo exprime", explica.

Para além da nomenclatura, Márcia Mura ressalta a necessidade de respeitar a identidade cultural individual de cada povo e tratar as etnias pelo nome. O debate sobre como os não indígenas devem se referir aos povos originários acontece entre os próprios povos, e a professora diz que há quem se conforme com o uso do termo cravado pelos espanhóis.

"Não temos o que comemorar, porque ainda precisamos reivindicar e pautar nossas lutas. Lutamos todos os dias pelo nosso território, pela nossa cultura e pelo direito de viver como vivemos, quando existe uma sociedade que está nos matando pouco a pouco".

De janeiro a dezembro de 2022, o acumulado de alertas de desmatamento na Amazônia Legal foi de 10.267 km², segundo dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). Essa foi a pior marca da série histórica anual do Deter, o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real do instituto.

DATA DA NOTÍCIA: 19/04/2023

Título: Gonçalves Dias pede demissão do GSI e é o primeiro ministro a deixar o cargo no atual governo

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/04/19/goncalves-dias-pede-demissao-do-gsi-e-e-o-primeiro-ministro-a-deixar-o-cargo-no-atual-governo>

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Gonçalves Dias, pediu demissão do cargo no fim da tarde desta quarta-feira (19), horas após a divulgação de um vídeo que mostrou que ele esteve no Palácio do Planalto em 8 de janeiro, momentos após o quebra-quebra promovido por bolsonaristas na Praça dos Três Poderes naquele domingo. Segundo informou o jornal Folha de S. Paulo, Dias, que é general do Exército, pediu demissão após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A Folha lembrou ainda que eles têm longa relação de amizade, e o militar chefiou a segurança de Lula durante os dois primeiros mandatos.

O substituto interino de Gonçalves Dias é Ricardo Cappelli, secretário executivo do Ministério da Justiça. Ele já havia atuado como interventor da Segurança Pública do Distrito Federal após os atos golpistas de 8 de janeiro.

As imagens que mostraram Gonçalves Dias dentro do Palácio do Planalto no mesmo dia dos atos golpistas foram divulgadas na manhã desta quarta-feira pelo canal de TV a cabo CNN Brasil. No vídeo é possível ver o agora ex-ministro circulando entre os golpistas. As imagens mostram também funcionários do GSI interagindo com alguns deles. Em entrevista à Globo à tarde, Dias afirmou que foi ao local após os ataques.

"Eu entrei no Palácio [do Planalto] depois que ele foi invadido, e estava retirando as pessoas do terceiro e do quarto piso, para que houvesse as prisões no segundo [piso]", afirmou.

Em nota oficial, o gabinete afirmou que "as condutas de agentes públicos do GSI envolvidos estão sendo apuradas em sede de sindicância investigativa instaurada no âmbito deste Ministério e se condutas irregulares forem comprovadas, os respectivos autores serão responsabilizados".

Antes da divulgação do vídeo, Gonçalves Dias era esperado nesta quarta na Câmara dos Deputados, onde participaria de audiência pública sobre os atos golpistas. Horas antes da audiência, porém, ele enviou atestado médico indicando problemas de saúde que o impedia de participar. Ainda na condição de ministro, disse que estava à disposição para futuros agendamentos.

DATA DA NOTÍCIA: 20/04/2023

Título: Nos EUA, Petro se reúne com Biden e pede fim de sanções contra a Venezuela

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/20/nos-eua-petro-se-reune-com-biden-e-pede-fim-de-sancoes-contra-a-venezuela>

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, realizou sua primeira visita oficial aos Estados Unidos e se reuniu nesta quinta-feira (20) com o mandatário estadunidense, Joe Biden. Na Casa Branca, os presidentes debateram o combate às mudanças climáticas, o enfrentamento ao narcotráfico e o fim das sanções de Washington contra a Venezuela.

Em declarações à imprensa após a reunião, Petro disse que conversou com Biden sobre a conferência internacional que convocou para o próximo dia 25 de abril, em Bogotá, para reativar os diálogos entre governo e oposição da Venezuela.

"Eu propus que, nesse processo, as conversas da semana que vem e as que seguirão no México possam gravitar em torno de questões para construir dois eixos: um é o cronograma eleitoral venezuelano, com garantias, e a entrada da Venezuela no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O outro é uma desativação progressiva e paulatina de sanções, de modo que possamos chegar a uma meta que é que o povo decida livremente, sem sanções, sem pressões, seu próprio destino social e político", disse.

Ainda segundo o mandatário, os EUA "não condicionaram" a eliminação de sanções à Venezuela. "Ficou proposto sobre a mesa uma estratégia que é primeiro realizar eleições e depois eliminar sanções ou, paulatinamente, na medida em que se vai cumprindo uma agenda eleitoral, se vá também paralelamente eliminando sanções", afirmou.

Petro chegou a recusar o título de "mediador" entre Caracas e Washington e disse que seu governo "simplesmente está propiciando um espaço que se vinha construindo no México e, para destravar, oferecemos Bogotá".

"Cerca de 20 chanceleres vão se reunir, da Europa, dos EUA, da América Latina para, com o governo venezuelano e com a oposição venezuelana, estabelecer pontos mínimos de um grande acordo que garanta não só eliminação de sanções e a realização de eleições, mas também a normalidade de todos os atores políticos na Venezuela", disse.

Desde que assumiu o cargo, em agosto do ano passado, Petro restabeleceu relações diplomáticas com o governo do presidente venezuelano Nicolás Maduro e tem assumido um protagonismo diplomático ao propor soluções para os conflitos políticos no país vizinho.

Segundo Bogotá, o objetivo da conferência do dia 25 não é substituir os diálogos que vinham ocorrendo no México, mas sim reativar as conversas. As negociações estão congeladas desde novembro do ano passado, após a oposição e Washington não cumprirem um acordo que previa a liberação de mais de 3 bilhões de dólares em recursos que pertencem ao Estado venezuelano e que estão bloqueados no exterior.

A principal demanda do governo na mesa de diálogo é a suspensão de todas as sanções. Já a delegação opositora exige a elaboração de um cronograma eleitoral e garantias para uma campanha equilibrada.

DATA DA NOTÍCIA: 20/04/2023

Título: Pacheco confirma instalação de CPMI dos Atos Antidemocráticos e governo já articula integrantes

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/04/20/pacheco-confirma-instalacao-de-cpmi-dos-atos-antidemocraticos-e-governo-ja-articula-integrantes>

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), confirmou nesta quinta-feira (20) que irá instalar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Antidemocráticos na próxima quarta-feira (26). "No dia 26, vai acontecer aquilo que deveria ter acontecido no dia 18, que é a leitura [do requerimento] da CPMI. Eu nunca me furtei a isso em qualquer circunstância. Seria esse o encaminhamento mesmo da leitura da CPMI, considerando que ela preenche os requisitos", disse o pessedista, em entrevista concedida durante uma agenda em Londres.

A confirmação de Pacheco vem após a reviravolta ocorrida no jogo político desde quarta-feira (19) em relação à posição do governo Lula diante da pauta. A gestão era contra a criação do colegiado por entender que os Poderes Executivo e Judiciário têm feito o seu trabalho na investigação dos atos golpistas de 8 de janeiro e principalmente por avaliar que a CPMI bagunçaria os planos do governo, atrapalhando as agendas de votação no Congresso.

Os aliados do Planalto, no entanto, mudaram de ideia após a CNN veicular imagens que mostraram a presença do então chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o general da reserva Marco Edson Gonçalves Dias, no Palácio do Planalto durante os ataques dos extremistas pró-Bolsonaro. A revelação das imagens constrangeu o Palácio e atijou o jogo em torno da CPMI, fazendo com que interlocutores importantes do governo passassem a vocalizar a defesa da comissão.

Foi o que ocorreu ainda na quarta (19) com a presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, e com o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder do governo no Congresso. Outros diferentes governistas fizeram acenos pró-CPMI nas últimas 24 horas, após o episódio envolvendo Dias,

como é o caso do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que concedeu coletiva nesta quinta junto com outros deputados para tratar do tema.

"Estou convencido de que essa CPI vai ser um tiro no pé dos bolsonaristas, porque uma coisa eles não vão conseguir mudar com falsas narrativas: todos sabem que foram as bases bolsonaristas que atuaram naquele dia 8 de janeiro. Nós vamos com muita energia pra essa CPI. Estamos separando os melhores quadros para estarem lá", disse.

Com o vazamento do vídeo e a demissão de Dias, a leitura de interlocutores próximos a Pacheco passou a ser de que seria difícil evitar a criação da CPMI. Diante do novo cenário, o governo tenta agora exercer alguma liderança nos movimentos pró-comissão, como forma de tentar controlar os rumos do processo a seu favor. O pesquisador da Universidade de Brasília (UnB) Danilo Morais observa que a demora em aceitar a criação do colegiado trouxe problemas para a gestão.

Diante da iminência de instalação da CPMI, o Palácio do Planalto já estuda nomes para compor o colegiado e cuidarem da defesa da gestão. São cogitados senadores que atuaram na CPI da Covid durante a pandemia e parlamentares que se sobressaem na tropa do governo no Congresso. É o caso dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Eliziane Gama (PSD-MA) e Humberto Costa (PT-PE) e dos deputados Lindbergh Farias, Rogério Correia (PT-MG), Guilherme Boulos (PSOL-SP) e Orlando Silva (PCdoB-SP).

"O governo precisa tentar fazer tanto a presidência quanto a relatoria porque, se ele não colocar alguém da sua confiança principalmente nesses postos, pode ser que em algum momento perca poder", sublinha o cientista político Enrico Ribeiro. Com relação à composição geral, Danilo Morais observa que governos de coalizão costumam reunir maioria nos colegiados do Congresso Nacional, inclusive em CPIs.

Se por um lado a CPMI pode ajudar o governo a pelo menos enfraquecer a narrativa bolsonarista de que a administração Lula seria responsável pelos estragos do 8 de janeiro, por outro o Palácio do Planalto pode enfrentar embaraço no desenrolar da sua agenda de governo por conta da energia a ser gasta na futura comissão. Em geral, CPIs atraem muitos holofotes e acabam dando palanque para personagens de oposição que podem complicar a vida do governo de plantão.

Já em outra linha de raciocínio, o ex-diretor do Diap calcula que a CPMI pode também trazer algum favorecimento para o governo. Ele acredita que o jogo no âmbito do colegiado pode distrair os parlamentares mais extremistas e deixar os espaços de formulação de políticas públicas mais livres para a atuação da gestão Lula e sua agenda.

DATA DA NOTÍCIA: 21/04/2023

Título: GSI: General Gonçalves Dias chega à Polícia Federal para prestar depoimento

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/04/gsi-general-goncalves-dias-chega-a-policia-federal-prestar-depoimento.ghtml>

O general Gonçalves Dias, demitido do cargo depois de vir à tona vídeo em que circula pelo Palácio do Planalto no dia dos atos golpistas de 8 de janeiro, chegou à Polícia Federal para

prestar depoimento em Brasília. A oitiva foi determinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

A permanência de Dias no gabinete de Segurança Institucional ficou insustentável depois que ele foi flagrado interagindo com manifestantes golpistas durante a invasão. Câmeras de segurança mostraram o ministro conversando e apontando a saída para os invasores. O general da reserva do Exército deixou o cargo na última quarta-feira.

Gonçalves Dias deve ser questionado pelos policiais sobre a razão de não ter reagido aos ataques. Ele também deve ter que identificar os outros servidores que aparecem nas imagens divulgadas pela CNN Brasil. Em uma delas, o capitão do Exército José Eduardo Natale de Paula Pereira chega a oferecer garrafas de água mineral aos manifestantes.

Em entrevista à Globonews, o militar afirmou que se dirigiu ao Planalto quando viu que os golpistas romperam o cordão montado pela Polícia Militar do Distrito Federal na altura do Congresso. Sobre a interação com os invasores, ele explicou que atuou para "retirar as pessoas do terceiro e quarto andar do Palácio". No vídeo, Dias aparece indicando a porta de saída aos manifestantes.

— Colaram minha imagem ao major distribuindo água para os manifestantes, fizeram cortes da minha imagem. Tenho 44 anos de profissão no Exército Brasileiro, sempre pautei minha vida em cima dos valores éticos e morais. O maior presente que dou a mim até hoje é a honra — declarou ele.

Alexandre de Moraes tomou a decisão de marcar o depoimento de Dias na quinta-feira, mesmo dia em que ele pediu demissão do cargo. Para o ministro do STF, os vídeos indicam "atuação incompetente" e "ilícita e conivente omissão" de membros do GSI.

"Na data de hoje, a imprensa veiculou gravíssimas imagens que indicam a atuação incompetente das autoridades responsáveis pela segurança interna do Palácio do Planalto, inclusive com a ilícita e conivente omissão de diversos agentes do GSI", escreveu o ministro no despacho.

DATA DA NOTÍCIA: 21/04/2023

Título: Alberto Fernández desiste da reeleição; militância peronista pede candidatura de Cristina

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/21/alberto-fernandez-desiste-da-reeleicao-militancia-peronista-pede-candidatura-de-cristina>

Na manhã desta sexta-feira (21), o presidente Alberto Fernández anunciou que não buscará a reeleição. "O contexto me obriga a dedicar todos os meus esforços aos difíceis momentos que a Argentina atravessa", disse o mandatário através de um vídeo em suas redes sociais intitulado "Minha decisão".

"No próximo 10 de dezembro, é o dia exato em que cumprimos 40 anos de democracia. Nesse dia, passarei a faixa presidencial a quem tenha sido eleito legitimamente nas urnas pelo voto popular", anunciou.

O presidente ressaltou as crises que atravessaram a sua gestão: a herança do governo neoliberal de Mauricio Macri e a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a pandemia, os impactos da guerra na Ucrânia e, agora, a seca que afeta os cultivos do país. "Está claro que não alcançamos tudo o que propomos", disse.

Foi a primeira definição no âmbito peronista que marca um rumo para a eleição primária de agosto. O candidato à presidência pela coalizão governista Frente de Todos (FdT) ainda é incerto, com diferenças internas na coalizão entre as correntes ligadas a Fernández e segmentos mais alinhados com Cristina Kirchner. Com a desistência do presidente em buscar a reeleição, abre-se um espectro de possibilidades para o espaço peronista, uma vez que Fernández apresenta alta rejeição nas pesquisas de opinião.

Desde março, organizações peronistas realizam uma série de atos chamados pela mídia argentina de "Operação Clamor". Com o lema "Democracia ou máfia judiciária", as manifestações defendem a candidatura da vice-presidenta Cristina Kirchner e denunciam a politização do Poder Judiciário no país.

A líder peronista, nome de maior peso político e eleitoral dentro do movimento, foi condenada em dezembro a seis anos de prisão e à inabilitação política, em um processo judicial que investigou supostos desvios de verbas em obras públicas na província de Santa Cruz. Após a sentença, Kirchner anunciou que não se candidataria na eleição de 2023.

Caso não seja a candidata, as organizações defendem que seja ela quem defina o nome do campo. As mobilizações buscam criar o clima para que ela o faça. Julieta Campo, integrante do La Cámpora, organização kirchnerista e uma das organizadoras da série de atos pela candidatura da ex-presidenta, organizou o plenário na província de Chaco, que reuniu organizações das províncias do Nordeste da Argentina em uma iniciativa federal acompanhando o lema "democracia ou máfia judiciária".

DATA DA NOTÍCIA: 22/04/2023

Título: Moraes dá 48 horas para o GSI entregar imagens do 8 de janeiro no Palácio do Planalto

Fonte pesquisada: <https://www.redebrasilatual.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/moraes-da-48-horas-para-o-gsi-entregar-imagens-do-8-de-janeiro-no-palacio-do-planalto/>

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira (21) a quebra do sigilo das imagens de circuito interno do Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro, data dos ataques golpistas às sedes dos três poderes. O ministro decidiu ainda que a Polícia Federal deve ouvir servidores do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) que estavam no local durante a invasão.

Moraes é relator das investigações sobre os ataques ao Planalto, ao Congresso e ao próprio STF em de janeiro. Nesta semana, surgiram imagens do circuito interno do palácio mostrando o general Gonçalves Dias, agora ex-ministro do GSI, circulando entre invasores. Hoje, GDias, como é conhecido, prestou depoimento e negou omissão.

As imagens, divulgadas inicialmente pela rede CNN, mostram servidores do GSI conversando com extremistas. Um deles era o major José Eduardo Natale, que oferece água aos invasores.

“Determino a quebra do sigilo da divulgação das imagens do dia 8/1/2023 do circuito interno de segurança do Palácio do Planalto em poder do GSI, com o envio a esta Suprema Corte, em 48 horas, de todo o material existente, observada a preservação integral das imagens, que será aferida em posterior perícia, para efeito de preservação da cadeia de custódia”, escreveu Moraes em seu despacho. Além disso, segundo o ministro, o depoimento dos servidores é necessário para “aferição das condutas individuais”.

Assim, a negativa de liberação das imagens com base na Lei de Acesso à Informação não se sustenta nesse caso, disse o ministro do STF. Ele afirmou que é necessário a divulgação de “ABSOLUTAMENTE TODAS” as imagens verificadas na ocasião do “nefasto e criminoso” atentado à democracia e ao Estado de direito ocorrido naquela data.

DATA DA NOTÍCIA: 23/04/2023

Título: Paraguai entra na reta final da campanha presidencial; conheça os candidatos

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79973/paraguai-entra-na-reta-final-da-campanha-presidencial-conheca-os-candidatos>

A campanha eleitoral presidencial no Paraguai entra nesta semana em sua reta final. No dia 30 de abril, cerca de cinco milhões de eleitores irão às urnas para escolher o presidente que governará o país até 2028, além de 45 senadores, 80 deputados, 17 governadores e centenas de representantes dos Parlamentos regionais.

Na corrida presidencial, apesar de haver 13 candidatos no total, apenas dois aparecem com chances reais de vencer a disputa: o governista Santiago Peña e o progressista moderado Efraín Alegre lutam para saber qual deles poderá ser o próximo mandatário do Paraguai na próxima meia década.

Contudo, outras duas figuras - Paraguayo Cubas, um extremista de direita com forte discurso de ódio aos brasileiros, e o ex-goleiro José Luis Chilavert, com uma plataforma de ufanismo moderado - podem ser decisivas na hora de definir o resultado final.

Esse cenário também deve considerar uma particularidade das eleições paraguaias: não há segundo turno nas disputas de cargos executivos (presidente e governadores). Ou seja, quem tiver mais votos no próximo domingo (30/04) estará eleito.

Nas oito eleições presidenciais realizadas desde o fim da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), apenas duas tiveram um vencedor com mais de 50% dos votos: Andrés Rodríguez Pedotti (1989), com 76,6%, e Raúl Cubas (1998), com 55,3%, ambos do Partido Colorado, o mesmo que também ostenta a menor vitória, em 2003, quando Nicanor Frutos foi eleito com apenas 37,2%.

Vale lembrar também que o Partido Colorado, que será representado no pleito deste ano por Peña, venceu sete das oito disputas presidenciais do país: sua única derrota foi em 2008, quando o democrata cristão Fernando Lugo venceu com 41,2% dos votos.

Ademais, descontado esse hiato durante o mandato de Lugo e do seu vice, o liberal Federico Franco que assumiu o poder após o golpe de Estado parlamentar de 2012, pode-se dizer que o Partido Colorado vem mantendo o poder no Paraguai nos últimos 75 anos, desde a posse de Juan Natalicio González, em agosto de 1948.

DATA DA NOTÍCIA: 24/04/2023

Título: Com chegada de Toledo, Peru tem três ex-presidentes presos na mesma penitenciária

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80283/com-chegada-de-toledo-peru-tem-tres-ex-presidentes-presos-na-mesma-penitenciaria>

O ex-presidente peruano Alejandro Toledo (2001-2006) chegou neste domingo (23/04) ao Peru e foi encaminhado para o Presídio de Barbadillo, nos arredores de Lima, onde deverá ficar enquanto se desenvolve o processo de corrupção que ele responde na Justiça.

Toledo se entregou às autoridades dos Estados Unidos na sexta-feira (21/04), depois que a Justiça desse país aceitou seu pedido de extradição ao Peru. Ele se encontrava foragido no país norte-americano desde 2017, quando passou a enfrentar um processo na Justiça peruana por seu suposto envolvimento em esquema de corrupção e lavagem de dinheiro vinculados a contratos do Estado peruano com a empreiteira brasileira Odebrecht.

No presídio de Barbadillo, Toledo não será a única figura ilustre. Também está preso nesse mesmo centro penitenciário o ex-presidente Pedro Castillo, vencedor das últimas eleições presidenciais peruanas, em 2021, e destituído em dezembro de 2022 por decisão do Congresso Nacional.

Castillo foi detido no mesmo dia de sua destituição, em 7 de dezembro de 2022. Horas antes da votação do seu impeachment no Congresso, quando ainda era mandatário mas temia por um resultado desfavorável no parlamento, ele decidiu decretar o fechamento do Legislativo e a instalação de um regime de exceção. A ordem, porém, não foi obedecida pelos demais poderes e ele terminou sendo preso sob a acusação de atentar contra o regime democrático.

Outro interno famoso de Barbadillo é o ex-ditador Alberto Fujimori, que governou o país durante uma década, entre 1990 e 2000. Apesar de eleito democraticamente em 1989, Fujimori deu um autogolpe em 1992 [que, diferente do de Castillo, foi acatado pelas demais instituições] e governou com plenos poderes até o final daquela década.

Fujimori deixou o país após esse período e se manteve durante meia década exilado no Japão, país no qual possui direitos de cidadão local por sua ascendência – portanto, não podia ser extraditado. Na época, ele já era alvo da Justiça peruana por casos relacionados a esquemas de corrupção que envolviam seu principal assessor, o ex-militar Vladimir Montesinos.

Em 2005, ele tentou regressar ao Peru, em um plano para retomar sua hegemonia na política do país. Foi ao Chile, no que seria sua primeira escala antes de voltar ao país natal. Porém, em Santiago, já não desfrutava da imunidade legal que tinha em Tóquio, razão pela qual foi preso pela Interpol e extraditado ao Peru dois anos depois.

Desde então, ele foi condenado por dois processos de corrupção [desvio de US\$ 32 milhões das Forças Armadas em contratos de armamentos, além do esquema de financiamento de US\$ 15 milhões de um esquema de espionagem ilegal operado pelo seu assessor Montesinos] e outros dois de lesa humanidade [massacres de Barrio Alto e La Cantuta, onde morreram 26 opositores ao seu regime, além da sua responsabilidade pela política de esterilização forçada de cerca de 200 mil mulheres indígenas, muitas das quais morreram durante o procedimento, em medida que vigorou durante os Anos 90].

Dos três ex-presidentes presos em Barbadillo, Fujimori é o único que tem sentenças definitivas, que juntas acumulam um total de 52 anos de prisão [dos quais ele já cumpriu 16]. Vale salientar, como curiosidade, que o principal assessor do ex-ditador, Vladimiro Montesinos, também está preso no mesmo centro penitenciário desde 2010.

DATA DA NOTÍCIA: 25/04/2023

Título: STF torna réus primeiros 100 investigados pelos atos de 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-04/stf-torna-reus-primeiros-100-investigados-pelos-atos-golpistas>

O Supremo Tribunal Federal (STF) tornou réus os primeiros 100 denunciados envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. Na ocasião, vândalos depredaram a sede do Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso e o Palácio do Planalto.

Com o fim do julgamento, os acusados passam a responder a uma ação penal e se tornam réus no processo. Em seguida, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, vai analisar a manutenção da prisão dos acusados que ainda permanecem detidos. O julgamento virtual, que começou na madrugada da terça-feira (18), e terminaria às 23h59. Por volta das 23h30, todos os ministros já tinham votado.

O placar do julgamento foi finalizado com oito votos que seguiram totalmente o relator pelo recebimento integral das denúncias. Os ministros André Mendonça e Nunes Marques seguiram parcialmente o relator. Em função da aposentadoria de Ricardo Lewandowski, a Corte não conta com o voto do 11º ministro.

Além do relator, ministro Alexandre de Moraes, votaram pelo recebimento das denúncias feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) os ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Luiz Fux e a presidente, Rosa Weber.

O ministro Nunes Marques abriu divergência em relação aos demais votos para rejeitar 50 denúncias contra investigados que estavam em frente ao quartel do Exército em Brasília no dia dos atos golpistas. Para o ministro, não há provas de que os acusados participaram dos atos de vandalismo.

“De tudo quanto foi exposto, entendo que não se pode caracterizar a justa causa para instauração da ação penal lastreada no simples fato de alguém estar acampado ou nas imediações do Quartel General do Exército em Brasília, sem que se demonstre e individualize sequer uma conduta criminosa atribuída aos denunciados”, disse o ministro.

No mesmo processo, Mendonça também entendeu não haver provas contra os acusados. “No presente grupo de cinquenta denúncias, não se está a tratar das pessoas presas no dia 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes praticando vandalismo”, completou.

Em relação aos outros 50 investigados, que fazem parte de outro processo julgado, Nunes Marques entendeu que o caso deve ser analisado pela Justiça Federal. Contudo, votou pela rejeição da denúncia pelo crime de associação criminosa e aceitou pelo crime de dano ao patrimônio alheio.

No mesmo processo, o ministro André Mendonça entendeu que as denúncias devem ser analisadas pela primeira instância da Justiça, e não pelo Supremo. No entanto, votou para tornar os 50 acusados réus no processo.

DATA DA NOTÍCIA: 25/04/2023

Título: Regulação da internet diz respeito ao 'desenvolvimento e à soberania do país', diz especialista

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/25/regulacao-da-internet-diz-respeito-ao-desenvolvimento-e-a-soberania-do-pais-diz-especialista>

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) deve apresentar nesta terça-feira (25) o parecer sobre o Projeto de Lei (PL) das Fake News. O presidente da câmara, deputado Arthur Lira, deseja aprovar o regime de urgência para que o PL seja votado no plenário da casa ainda esta semana, sem precisar passar pelas comissões temáticas. Para entender melhor o conteúdo desse projeto e os seus efeitos, o Central do Brasil desta terça conversou com a coordenadora do Comitê Gestor da Internet (CGI.br), Renata Mielli.

Apesar da aparente pressa para a aprovação do projeto, a pesquisadora apontou que o debate em torno desse PL começou há três anos, em 2020. Segundo ela, foram realizadas dezenas de seminários e audiências públicas nos espaços de participação da sociedade. "Eu diria assim que o eixo estruturante desse projeto - que não foi votado no ano passado porque houve uma mobilização da base bolsonarista para impedir a votação - já foi bastante discutido. O oito de janeiro e os acontecimentos que nós vivemos nesses últimos meses trouxeram novos elementos para o debate."

O projeto de lei propõe a constituição de uma entidade supervisora autônoma, responsável por fazer o acompanhamento e a fiscalização da implementação da lei, que deverá ser instituída pelo poder Executivo. "O projeto hoje não conta exatamente como a entidade de autorregulação, mas conta com outros mecanismos, como por exemplo a necessidade de haver auditorias públicas sobre a operação dessas empresas e a necessidade da elaboração de códigos de conduta", completou Mielli.

A atribuição de responsabilidade civil às plataformas pelos conteúdos postados é um dos temas tratados no PL. Essa é uma saída para diminuir a ocorrência de crimes nas redes sociais, mas é preciso equilíbrio, aponta Mielli. "Essas empresas não podem continuar impunes, a circulação de determinados conteúdos que podem promover a violência contra crianças, como a gente viveu os casos das escolas, ou atentar contra o estado democrático

de direito, então está se buscando uma redação que permita a responsabilização, ao mesmo tempo que se proteja a liberdade de expressão."

Nessa linha, a integrante do CGI.br lembrou que há uma disputa de narrativas sobre censura e regulação que esconde interesses econômicos contrários a regulações que podem ter alguma incidência sobre os modelos de negócios. "Quando a gente fala em regulação, a gente está falando de um conjunto de regras que não olham somente para os conteúdos das pessoas, mas para o sistema, para o modelo e negócios voltados para garantir o interesse público relacionado com a liberdade de expressão e aos interesses econômicos, sociais, culturais da sociedade brasileira. Portanto, regulação não é censura de forma nenhuma."

Com a perspectiva de ouvir a população sobre o tema, nesta terça-feira (25), o CGI.br realiza um seminário para lançar uma consulta pública sobre a regulação das redes sociais. A consulta pública sobre a regulação das plataformas vem numa perspectiva muito mais ampla da que está sendo discutida no Projeto de Lei, pontua Mielli. "A consulta tem relação com a concentração econômica, a soberania digital, o modelo regulatório, o trabalho que é realizado pelos trabalhadores dessas empresas, com a perspectiva do trabalho decente."

Por fim, a coordenadora do CGI.br afirmou que o debate sobre a regulação das plataformas digitais é de extrema importância para a democracia e para o combate à desinformação. "As plataformas ocupam papel central na contemporaneidade, na circulação de informações de interesse público e das questões culturais e comportamentais, portanto é central que a sociedade se envolva nessa discussão. O debate é muito amplo e tem relação com uma variedade de dimensões de interesse da sociedade brasileira que são estratégicas para o desenvolvimento nacional e para a soberania do país."

DATA DA NOTÍCIA: 25/04/2023

Título: ONU: Situação no Haiti é comparável à de países em guerra

Fonte pesquisada: <https://www.dw.com/pt-br/not%C3%ADcias/s-7111>

Link da notícia:

<https://www.dw.com/pt-br/situa%C3%A7%C3%A3o-no-haiti-%C3%A9-compar%C3%A1vel-%C3%A0-de-pa%C3%ADses-em-guerra-diz-onu/a-65429529?maca=bra-vam-volltext-brasildefato-30219-html-copypaste>

A insegurança na capital haitiana, Porto Príncipe, atingiu níveis semelhantes aos de países em guerra, afirmou a ONU nesta segunda-feira (24/04), em um relatório no qual destaca o aumento de assassinatos e sequestros no país caribenho e pede o envio de uma força internacional para a ilha.

"O povo haitiano continua enfrentando uma das piores crises de direitos humanos em décadas e uma grande emergência humanitária", destaca o relatório do secretário-geral da ONU, António Guterres.

"Devido ao elevado número de mortos e ao crescente número de áreas controladas por grupos armados, a insegurança na capital atingiu níveis comparáveis com os de países em situação de conflito armado", acrescenta.

O número de homicídios registrados no Haiti aumentou 21% nos últimos meses, passando de 673 no último trimestre de 2022 para 815 entre 1º de janeiro e 31 de março deste ano. Já o número de sequestros cresceu 63% nesse mesmo período de referência, de 391 para 637.

De acordo com o relatório, grupos armados "continuam a competir para expandir o controle territorial em toda a região metropolitana de Porto Príncipe, espalhando-se por bairros até agora poupados". O documento também observa o aumento da violência e da frequência de confrontos "entre gangues e com a polícia, que têm custado a vida de muitos civis.

Como resultado, "a situação de habitantes de áreas controladas por grupos armados continua bastante ruim" e, em áreas recentemente alvo desses grupos, as condições "pioraram significativamente". O relatório destaca em particular a situação catastrófica dos habitantes de Cité Soleil, na região metropolitana da capital, onde franco-atiradores posicionados em telhados atacam pedestres nas ruas.

"Os moradores se sentem sitiados. Não podem mais sair de casa por medo da violência armada e do terror imposto pelas gangues", disse a coordenadora humanitária da ONU para o Haiti, Ulrika Richardson, num comunicado no domingo.

Entre os dias 14 e 19 de abril, os confrontos entre gangues rivais deixaram quase 70 mortos, incluindo 18 mulheres e pelo menos duas crianças, e 40 feridos.

"Reitero a necessidade urgente do envio de uma força armada internacional especializada", em particular para ajudar a polícia a restabelecer a ordem, defendeu Guterres no relatório.

O secretário-geral da ONU havia retransmitido em outubro um pedido de ajuda do primeiro-ministro do Haiti, Ariel Henry, apelando ao Conselho de Segurança pelo envio dessa força. Embora alguns países tenham indicado vontade de participar, nenhum se apresentou para assumir a liderança da missão.

Nos últimos seis meses, ataques armados deixaram mais de 400 mortos no país, segundo um relatório da Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos do Haiti (RNDDH), que exige explicações das autoridades diante do aumento dos ataques contra a população civil. Desde novembro do ano passado, ao menos oito ataques contra a população foram promovidos por gangues que disputam territórios na região metropolitana da capital.

Ataques armados esporádicos e massacres contra a população haitiana se intensificaram no país desde o início de 2023. A RNDDH relata que, além dos assassinatos, as gangues promovem estupros coletivos de mulheres e meninas. O relatório da rede destaca ainda que mais de 50 regiões conhecidas antigamente pela tranquilidade sofreram ataques desde o início do ano.

Entre os dias mais sangrentos da atual onda de violência, está a noite de 29 para 30 de novembro, quando 72 pessoas foram mortas e 29 mulheres e meninas foram estupradas em Sous Matela. Centenas de casas foram incendiadas.

O Haiti vive uma grave crise socioeconômica e política, que se intensificou nos últimos meses. O país sofre com uma espiral de violência e com o reaparecimento da cólera, num surto que já deixou 669 mortos desde outubro.

O primeiro-ministro haitiano, Ariel Henry, pediu ajuda militar internacional para combater as gangues em outubro de 2022, mas ainda não obteve uma resposta.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha também pediu respeito pela missão médica no país e afirmou que a atividade da organização tem sido dificultada pelas restrições de circulação impostas devido ao risco "de ser apanhado em fogo cruzado", o que limita em grande medida o acesso aos serviços de saúde.

Nos últimos meses, os Estados Unidos e o Canadá aplicaram sanções a vários líderes políticos haitianos pelo envolvimento com o narcotráfico, lavagem de dinheiro e financiamento de algumas dessas gangues.

A crise provocou um aumento da migração do Haiti, através de rotas marítimas perigosas, para os países vizinhos. Um relatório da Anistia Internacional, apresentado no início de abril, aponta que 40% da população do país está em situação de emergência alimentar.

DATA DA NOTÍCIA: 25/04/2023

Título: Comissão da Câmara aprova texto que garante R\$ 7,3 bi para custeio de piso da enfermagem

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/25/comissao-da-camara-aprova-texto-que-garante-r-7-3-bi-para-custeio-de-piso-da-enfermagem>

A Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (25), o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 5/2023, que libera um crédito especial de R\$ 7,3 bilhões para o financiamento do piso da enfermagem em todos os estados, municípios, entidades filantrópicas e no Distrito Federal. O valor garante o custeio da medida até dezembro de 2023.

“Essa fonte de recursos não vem da receita tributária da União. Não afeta [desconto de] imposto de renda, não afeta IPI [Impostos sobre Produtos Industrializados], Pis/Cofins, o que quer que seja. Ela vem de uma outra fonte, que é o manejo de fundos, ao qual ninguém dá muita atenção, e nós fomos lá buscar [a verba]”, pontuou o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE).

O pedetista explicou ainda que o montante liberado pelo governo também não será contabilizado dentro dos investimentos mínimos em saúde exigidos aos entes federados. A Lei Complementar nº 141, de 2012, define que municípios e o Distrito Federal devem aplicar no Sistema Único de Saúde (SUS) anualmente 15% da arrecadação, enquanto aos estados cabe um índice de 12%. “Como o dinheiro [do financiamento do piso da enfermagem] não vem da receita tributária, ele não vai ser contabilizado para apurar os 15% que a saúde volta a ter agora, com o arcabouço fiscal”, emendou Mauro Filho.

O parlamentar também salientou que o dinheiro do piso terá uma dotação orçamentária específica, o que impede que os diferentes gestores públicos utilizem a verba para outras eventuais demandas. Para os anos seguintes, a previsão orçamentária para o custeio dos novos salários deve constar formalmente no orçamento anual da União, que é aprovado pelo Congresso a cada mês de dezembro.

Assim como ocorreu com outros textos relacionados ao piso da enfermagem, a votação do PLN nesta terça contou com ampla costura de diferentes lideranças no Legislativo, sendo chancelada por diferentes bancadas. Ao longo dos últimos três anos, os parlamentares foram permanentemente pressionados por entidades sindicais e outras organizações ligadas ao segmento da enfermagem, que fizeram uma série de protestos de rua pelo país, bem como uma intensa articulação política na Câmara e no Senado.

“O resultado de hoje é de uma luta que envolveu vários atores, mas sobretudo o trabalho árduo, valoroso desses profissionais, que foram vigilantes e fizeram uma verdadeira maratona dentro do Congresso”, destacou a relatora do PLN nº 5, senadora Eliziane Gama (PSD-MA).

Ela citou a atuação da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e das suas respectivas representações nas bases estaduais.

“Isso aqui não foi presente de ninguém. Foi fruto da luta de trabalhadores e de trabalhadores por todo este nosso país. E o presidente Lula, assim que tomou posse, determinou à sua equipe econômica que viabilizasse os recursos para o pagamento”, disse o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

DATA DA NOTÍCIA: 25/04/2023

Título: Câmara aprova urgência para votação do PL das Fake News

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/04/camara-aprova-urgencia-para-votacao-do-pl-das-fake-news.ghtml>

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, por 238 votos a 192, um requerimento de urgência do projeto que institui medidas para o combate à desinformação nas redes sociais e prevê a punição de plataformas. O instrumento acelera a tramitação do texto ao fazer com que ele pule as etapas das comissões. A previsão é que o plenário da Câmara vote o projeto na terça-feira da próxima semana. Caso seja aprovado pelos deputados, o texto precisará passar por uma nova votação no Senado, que dará a palavra final sobre o texto.

Entre os principais pontos previstos estão a responsabilização das plataformas por conteúdo ilegal disseminado em seus meios, a determinação de que relatórios de transparência sejam divulgados semestralmente e a criação de um entidade autônoma para fiscalizar o cumprimento das determinações. O PL também estabelece o "dever de cuidado", que determina que as plataformas, antes mesmo de serem notificadas, fiscalizem os conteúdos veiculados em suas redes para impedir propagação de conteúdo ilegal.

O relator do projeto discursou no plenário e disse que discutiu o tema com diversos setores e ouviu sugestões. De acordo com Orlando, aprovar a urgência "vai permitir que a Câmara dos Deputados conclua um processo de três anos de debates".

– Esse projeto veio do Senado, tramitou rapidamente lá, e foi objeto de uma série de eventos, seminários internacionais, dezenas de audiências públicas, centenas de reuniões bilaterais, onde a sociedade brasileira, especialistas, as empresas vinculadas ao tema, o governo anterior, o governo atual, todos tiveram a oportunidade de apresentar suas sugestões – declarou.

O deputado do PCdoB citou o fato de que a contestação de conteúdos pode ser feita pelo usuário e disse que isso fortalece a liberdade de expressão:

– É muito importante termos uma regra para garantir a liberdade de expressão de todos, todos na internet. A liberdade de expressão está fortalecida em um processo em que o próprio usuário pode contestar quando se sentir prejudicado.

Orlando disse ainda que há a necessidade de que as plataformas sejam responsabilizadas e que sejam mais transparentes em relação ao seu conteúdo:

– É necessário mudar o regime de responsabilidade dessas plataformas e ter mais transparência para que a sociedade saiba como ela funciona. Tudo isso para fortalecer a democracia.

Um acordo para votar a urgência e o mérito foi construído na tarde de hoje durante uma reunião do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com líderes partidários. Deputados do PL, que são contrários ao texto, fizeram sugestões, e o relator deve avaliar mudanças no texto. A previsão é que uma nova versão do parecer seja apresentada na próxima quinta-feira. Um dos pedidos da oposição já acatado por Silva foi a retirada do termo "violência de gênero" do projeto.

Após a aprovação, parte dos parlamentares comemoraram nas redes sociais o avanço do projeto. O líder do PSOL na Câmara, Guilherme Boulos, avalia que o texto será aprovado na próxima semana.

– Acabamos de aprovar a urgência do PL das Fake News na Câmara! Semana que vem vamos votar e aprovar a lei. Basta de mentiras e difusão do ódio pelas redes! – declarou o deputado.

Deputados do PL e do Novo questionaram a urgência e disseram que havia um acordo para que a votação fosse nominal, com o registro do nome de todos os votantes. Apesar disso, Lira e líderes de outros partidos negam a existência do acordo. De acordo com os parlamentares favoráveis ao texto, a concessão à oposição foi votar o mérito na semana que vem em vez de fazer isso nesta semana.

DATA DA NOTÍCIA: 26/04/2023

Título: Bolsonaro chega à PF para depor no inquérito dos atos golpistas de 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/26/bolsonaro-chega-a-pf-para-depor-no-inquerito-dos-atos-golpistas-de-8-de-janeiro.ghtml>

O ex-presidente Jair Bolsonaro chegou à sede da Polícia Federal, em Brasília, nesta quarta-feira (26), para depor no inquérito dos atos golpistas de 8 de janeiro. Ele chegou ao local pouco antes das 8h50, acompanhado da defesa.

O depoimento de Jair Bolsonaro no caso foi determinado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes na semana passada. Ao tomar a decisão, Moraes atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República e deu prazo de 10 dias para a PF ouvir o ex-presidente. Na avaliação de investigadores, uma postagem feita no dia 11 de janeiro pelo ex-presidente ligaria Jair Bolsonaro aos atos golpistas do dia 8 de janeiro.

O ex-presidente, na ocasião, compartilhou um post que, sem provas, colocava em dúvida o sistema eleitoral. A mensagem foi avaliada como um sinal de que Bolsonaro pode ter estimulado os atos de invasão aos prédios dos Três Poderes da República.

A PGR pediu o depoimento de Bolsonaro quando o ex-presidente ainda estava nos Estados Unidos, onde ficou por 3 meses depois de sair do governo. Com a volta dele do exterior no dia 30 de março, Moraes mandou marcar a audiência.

DATA DA NOTÍCIA: 26/04/2023

Título: Lira lê requerimento em sessão e cria a CPI do MST

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/26/lira-le-requerimento-em-sessao-e-cria-a-cpi-do-mst>

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), leu na noite desta quarta-feira (26) o requerimento para a criação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O objetivo declarado da Comissão é investigar o "real propósito" do movimento, bem como seus meios de financiamento.

A leitura do requerimento em plenário é apenas o início do processo de instalação da CPI. A partir de agora, começa a negociação entre os deputados em relação à composição da comissão. Haverá 27 membros titulares e o mesmo número de suplentes.

De acordo com a Folha de S. Paulo, um dos parlamentares mais cotados para assumir a relatoria da CPI é Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro e acusado de cometer crimes ambientais. A presidência pode ficar nas mãos do deputado Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS).

Lira também leu requerimento de outras duas comissões: a da Americanas e a da manipulação de resultados em partidas de futebol. O presidente da Casa já havia indicado que faria isso ainda nesta semana.

Pelo regimento da Câmara, os pedidos para CPIs devem contrar a assinatura de pelo menos 171 deputados, indicação de tempo de duração da investigação e um fato determinado. Em entrevista realizada no dia 14 de abril, João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST, afirmou que faltava ao pedido de instalação da CPI o fato determinado.

"O MST fez praticamente menos de dez ocupações de terra e [o pedido] não tem nenhum fato pré-determinado. O MST também não tem convênio com governo em nenhum estado. O movimento já demonstrou que é uma organização que produz alimentos saudáveis e por isso queremos essa reunião com o Lira para fazer um bom debate com eles sobre esses assuntos."

No dia 19 de abril, centrais sindicais publicaram uma nota conjunta repudiando ataques e perseguições contra o movimento. O texto destaca que o MST "construiu sua organização e seus métodos de luta, formas de pressão e realizou neste mês (Abril) diversas manifestações e atos, com a disposição e o intuito político de abrir um processo negociação, depois de um governo federal sombrio, que se pautou por formas antidemocráticas e autoritárias".

O texto é assinado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

DATA DA NOTÍCIA: 26/04/2023

Título: CPI do 8 de janeiro: Pacheco lê requerimento e autoriza criação de comissão para investigar ataques golpistas

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/04/cpmi-dos-ataques-golpistas-pacheco-le-requerimento-e-autoriza-criacao-de-comissao.ghtml>

Com apoio do governo e da oposição, o Congresso deu o pontapé inicial à Comissão Parlamentar de Mista de Inquérito (CPMI) dos Ataques Golpistas. O presidente da Casa, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fez a leitura do requerimento que cria o colegiado na sessão desta quarta-feira (26), após o governo mudar de postura e passar a apoiar a investigação.

Antes de iniciar a sessão, Pacheco disse que seria possível iniciar os trabalhos na próxima semana e que seria necessário “pacificar” e “conter o tumulto”. Agora, para ser instalada, os líderes de cada partido devem indicar quais deputados e senadores vão participar do colegiado. Na primeira sessão é quando o presidente e o relator serão nomeados. Ainda não há data definida para isso acontecer.

O colegiado deve ser palco de debates acalorados, reproduzindo a polarização das urnas entre bolsonaristas e a esquerda. O objetivo do colegiado é esclarecer quem foram os responsáveis pelos atos de 8 de janeiro, quando golpistas invadiram e depredaram os prédios da Praça dos Três Poderes em Brasília.

A criação da CPMI foi um pedido da oposição. O requerimento aprovado tem autoria do deputado André Fernandes (PL-CE), um dos investigados do Supremo Tribunal Federal (STF) no inquérito sobre a autoria dos ataques. A intenção inicial da oposição era tentar pressionar o governo, usando o colegiado para sabatar ministros e aliados.

Petistas evitavam a abertura da investigação sob a alegação de que a CPI poderia concentrar as atenções do Congresso e atrapalhar o andamento de pautas consideradas importantes para a retomada do crescimento do país, como o novo arcabouço fiscal.

A postura dos governistas mudou após a divulgação de imagens do ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Gonçalves Dias, no Palácio do Planalto durante a atuação dos golpistas. As imagens levaram a saída do general. O governo passou a elaborar uma estratégia para comandar o colegiado e trabalha para emplacar o senador Renan Calheiros (MDB-AL) na relatoria da CPMI.

Por ser um colegiado misto, a CPMI terá um número igual de deputados e senadores indicados por líderes, de acordo com a proporcionalidade dos blocos partidários. Ao todo, serão 32 parlamentares: 16 deputados e 16 senadores.

Na Câmara, o maior bloco é formado por partidos de centro e de esquerda, com 173 deputados, com PP, União, PSDB, Cidadania, Solidariedade, Patriota, Avante, PSB e PDT. Esse grupo deve indicar também o presidente da CPMI e o mais cotado no momento é o deputado Arthur Maia (União-BA).

No Senado, o governo acredita que terá maioria. A avaliação é que 11 senadores próximos ao Palácio do Planalto sejam escolhidos como integrantes titulares da comissão

Os senadores Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que eram da cúpula da CPI da Covid, devem também participar da CPI mista. Outros

integrantes da CPI passada, como Otto Alencar (PSD-BA) e Humberto Costa (PT-PE) também devem estar entre os membros.

DATA DA NOTÍCIA: 26/04/2023

Título: Governo prepara segunda leva de demissões no GSI

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/04/apos-exonerar-mais-29-servidores-governo-prepara-segunda-leva-de-demissoes-no-gsi.ghtml>

O Palácio do Planalto prepara uma segunda leva de exonerações para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A primeira ocorreu nesta quarta-feira, quando o governo exonerou 29 servidores do órgão, dos quais 28 militares. Entre os nomes desligados, três eram secretários que ocupavam funções de segundo escalão. O ministro interino do GSI Ricardo Cappelli, que está à frente de um processo de "renovação" do órgão, deve avaliar nesta quinta-feira quando sairá a próxima leva de servidores.

As substituições do órgão devem continuar, mas com o cuidado de não criar ruído entre o Planalto e as Forças Armadas. Os desligamentos que envolvem o Exército estão seguindo uma liturgia para demonstrar respeito à Força. Em conversa no Palácio do Planalto na terça-feira, o comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Paiva, foi informado de todos os desligamentos envolvendo membros da Força.

Os dois generais que foram desligados, Marcius Cardoso Netto (Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial) e Marcelo Goñes Sabbá de Alencar (secretário executivo-adjunto), foram informados da demissão pelo próprio Tomás Paiva.

Como mostrou O GLOBO, a presença do general Marcius causava desconforto em integrantes do atual governo. Como secretário de Segurança e Coordenação Presidencial, caberia a ele comandar a segurança presidencial se o governo não tivesse tirado do GSI a atribuição da proteção de Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin.

Com a criação da Secretaria Extraordinária Segurança Imediata do Presidente, atualmente sob gestão do delegado da Polícia Federal Alexander Oliveira, o general ficou com a atribuição mais restrita à segurança do Palácio do Planalto. Houve, no entanto, uma tensão com a relação entre os policiais federais da Secretaria de Segurança Aproximada do Presidente e os militares.

Também foram desligados o titular da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, brigadeiro de ar Max Cintra Moreira; Marcelo da Silva Gomes que ocupava a Secretaria de Coordenação de Sistemas e o coronel Gladstone Barreira Júnior, que comandava a Diretoria do Departamento de Gestão, todos eram indicados pelo ex-ministro do GSI, general Augusto Heleno, um dos principais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

DATA DA NOTÍCIA: 26/04/2023

Título: Petro pede renúncia de ministros e anuncia 'governo de emergência'

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80325/colombia-petro-pede-renuncia-de-ministros-e-anuncia-governo-de-emergencia>

A noite desta terça-feira (26/04) terminou com uma noticiosa na Colômbia que gerou grande repercussão no cenário político do país: em uma transmissão em rede nacional o presidente do país, Gustavo Petro, anunciou que pediu a renúncia de todos os seus ministros, e que conformará o que chamou de “governo de emergência”, leal às reformas que o Executivo enviou ao Congresso.

A medida foi tomada depois que partidos de centro que apoiavam o governo mostraram sinais de que votarão contra quatro das reformas impulsionadas por Petro. Segundo o periódico colombiano El Espectador, os projetos em questão seriam as reformas da Saúde, Trabalho, Previdência e Judicial.

Os partidos “rebeldes” são três: o Partido Liberal, o Partido Conservador e o União para o Povo [mais conhecido no país como Partido de la U]. Todas essas legendas passaram a apoiar Petro a partir do segundo turno das eleições presidenciais, em junho de 2022, e acabaram ganhando cargos no governo após o pleito.

Apesar de ter sido solicitada a renúncia de todos os ministros, apenas os que são militantes dos três partidos de centro deverão realmente deixar seus cargos. Entre eles estão Hernando Prada (Interior), José António Ocampo (Fazenda), Cecilia López (Agricultura), Diana Corcho (Saúde) e Sandra Urrutia (Comunicações). Segundo o presidente, a coalizão com esses partidos está “terminada”.

O episódio que teria levado o presidente a tomar essa decisão foi a votação da reforma da saúde na Sétima Comissão da Câmara dos Deputados (assuntos estatutários). O texto foi aprovado com dez votos a favor e oito contrários, apesar da rejeição de quatro parlamentares do setor centrista da coalizão de governo. Em suas redes sociais, Petro afirmou que “a oportunidade de um pacto social por mudanças no país foi rechaçada”. Quem enriqueceu com o uso do dinheiro público não percebeu que a sociedade exige seus direitos e que isso implica diálogo e compromisso”.

Outro ponto central na decisão tomada por Petro foi uma lei que permitiria a redistribuição de terras nos setores rurais, no que seria o primeiro passo para uma reforma agrária na Colômbia. Vale lembrar, ademais, que essa reforma é parte dos Acordos de Paz de 2016, cujo objetivo era acabar com a guerra civil no país provocada, entre outras coisas, pelo conflito nas regiões rurais.

O projeto de lei de redistribuição de terras foi modificado no Congresso, com a retirada de um instrumento que permitiria ao governo comprar terras sem a necessidade de expropriação. Essa alteração foi promovida pela oposição, com o apoio dos setores políticos de centro, incluindo os três ex-governistas Partido Liberal, Partido Conservador e Partido de la U.

DATA DA NOTÍCIA: 26/04/2023

Título: Lasso não comparece em audiência durante processo de impeachment

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/3>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80323/equador-lasso-nao-comparece-em-audiencia-durante-processo-de-impeachment>

O presidente do Equador, Guillermo Lasso, não compareceu perante a Comissão de Fiscalização da Assembleia Nacional (Parlamento) como parte de seu processo de impeachment nesta quarta-feira (26/04).

Segundo o cronograma, nesta quarta-feira, o próprio governante deveria apresentar sua defesa. No entanto, o secretário jurídico da Presidência equatoriana, Juan Pablo Ortiz, destacou que, a princípio, a presença do presidente no processo só ocorrerá se a segunda e última etapa for atingida, quando ele tiver que apresentar sua argumentação perante a sessão plenária da Câmara.

Diante da ausência de Lasso, o advogado Édgar Neira representa o presidente na audiência. O processo discute a responsabilidade política de Lasso nas irregularidades detectadas num contrato entre a estatal Flota Petrolera Ecuatoriana (Flopec) e a empresa Amazonas Tanker.

Para os legisladores equatorianos, este acordo é a base para processar o presidente por suposto conhecimento das anomalias nos contratos e sua omissão em impedi-las, apesar de serem prejudiciais ao país.

Com a apresentação da defesa do presidente, o tribunal encerrará a fase dedicada a ouvir testemunhas e analisar documentos e, a partir desse momento, a Comissão terá 10 dias para concluir um relatório sobre a recomendação ou não do impeachment.

Os parlamentares que pedem o julgamento também apresentarão seus argumentos nesta quarta-feira, que estava marcado para a última terça-feira (25/04), mas foi adiado para que a acusação e a defesa do caso acontecessem no mesmo dia.

Para que Lasso seja responsabilizado pelas irregularidades nos contratos, é necessário o apoio de dois terços do plenário da Assembleia, ou seja, 92 dos 137 parlamentares.

DATA DA NOTÍCIA: 26/04/2023

Título: Petro anuncia novos ministros após romper coalizão e dissolver gabinete na Colômbia

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80335/petro-anuncia-novos-ministros-apos-romper-coalizao-e-dissolver-gabinete-na-colombia>

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, anunciou nesta quarta-feira (26/04) os sete novos ministros do seu gabinete, que substituem aqueles que deixaram o governo na noite anterior.

Ao todo, foram sete os ministros trocados: no Ministério do Interior, saiu Hernando Prada e entrou Luis Fernando Velasco. Na Fazenda, José António Ocampo deu lugar a Ricardo Bonilla. Na Agricultura, Cecilia López foi substituída por Jhenifer Mojica.

No Ministério da Saúde, Diana Corcho foi trocada por Guillermo Jaramillo. Nas Comunicações, Sandra Urrutia deu lugar a Óscar Lizcano. Nos Transportes, Guillermo Reyes

foi substituído por William Camargo. Finalmente, Arturo Luna deixou o Ministério de Ciência e Tecnologia, que passa a ser ocupado por Yesenia Olaya.

Também foi anunciado o novo chefe do Departamento de Administração da Presidência da República, já que o cargo era ocupado por Óscar Lizcano, que assumiu o Ministério das Comunicações. O posto passa a ser ocupado por Carlos Ramón González.

Na noite de terça-feira (25/04), Petro pediu a renúncia de todos os seus ministros, e que conformará o que chamou de “governo de emergência”, com a justificativa de que os novos integrantes devem ser mais leais às reformas que o Executivo enviou ao Congresso.

A medida foi tomada depois que partidos de centro que apoiavam o governo mostraram sinais de que votarão contra quatro das reformas impulsionadas por Petro. Segundo o periódico colombiano El Espectador, os projetos em questão seriam as reformas da Saúde, Trabalho, Previdência e Judicial.

Os partidos “rebeldes” são três: o Partido Liberal, o Partido Conservador e o União para o Povo [mais conhecido no país como Partido de la U]. Todas essas legendas passaram a apoiar Petro a partir do segundo turno das eleições presidenciais, em junho de 2022, e acabaram ganhando cargos no governo após o pleito.

Apesar de ter sido solicitada a renúncia de todos os ministros, apenas os que são militantes dos três partidos de centro deixaram efetivamente seus cargos. Os ministros ligados ao Pacto Histórico [aliança de esquerda que sustentou a candidatura de Petro desde o primeiro turno] continuaram em seus postos.

DATA DA NOTÍCIA: 27/04/2023

Título: Extrema direita da Argentina ganha holofotes com proposta de adotar dólar como moeda oficial

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/27/extrema-direita-da-argentina-ganha-holofotes-com-proposta-de-adotar-dolar-como-moeda-oficial>

A corrida cambial do dólar paralelo, ou dólar blue, continua pressionando o aumento dos preços na Argentina pela segunda semana consecutiva. As análises sobre essa bomba-relógio são variadas. Além da renúncia do chefe de assessores da presidência, Antonio Aracre, na semana passada, e do freio que o setor agro pôs sobre a venda de suas colheitas nestas semanas, ganha corpo a versão de que o disparador da reação do mercado seja o cenário de incertezas políticas em ano de eleição presidencial.

A cena mostra um governo da Frente de Todos debilitado, sem baixas nos índices de inflação, e tensões na coalizão que não permitem a definição, até agora, de um candidato para 2023; e, do outro lado da calçada, tampouco há favoritos de destaque no campo da oposição.

Enquanto isso, a direita e a extrema direita lançaram seus pré-candidatos, mesmo com seus conflitos internos, e já pautam o debate a 4 meses da eleição primária. Nesse contexto, uma proposta para a economia do país ressoa e ganha a mídia, ainda que recebida como absurda: a dolarização da economia argentina.

A ideia vem sendo propagada pelo deputado Javier Milei, da coalizão de extrema direita Libertad Avanza, e foi reforçada durante o tradicional Fórum de Llao Llao, um encontro de candidatos à presidência com os empresários mais influentes do país, que aconteceu em Bariloche no último dia 18. Sua proposta de substituir os pesos argentinos por dólares se relaciona com a eliminação do Banco Central, entidade reguladora dos bancos no país.

"Trará mais soluções que problemas, mas, principalmente, eliminará a inflação", prometeu o autoproclamado libertário diante de empresários de nomes como Mercado Livre, Globant e Accenture. A proposta de Milei foi recebida com reticência e dúvidas sobre sua possível implantação, informam fontes que estiveram presentes no evento.

Milei tampouco encontra muito apoio entre especialistas de diferentes alinhamentos políticos. O economista Martín Tetaz, deputado pela coalizão do ex-presidente Mauricio Macri, Juntos por el Cambio, destacou em um artigo no La Nación a "baixa correlação" do ciclo econômico e termos de intercâmbio com os Estados Unidos, um risco caso haja "um crescimento mais rápido da produtividade nos Estados Unidos, recriando as condições de 2001", ano de uma profunda crise social e econômica no país. "Milei não é um político, é uma celebrity", afirma Tetaz.

Em termos gerais, a medida seria um programa de choque que aceleraria a desvalorização da moeda nacional e provocaria impactos sociais mais severos que os já vistos nos últimos anos. O economista Claudio Katz, do coletivo Economistas de Izquierda, retoma a raiz do projeto de dolarização do país, proposto por Emilio Ocampo. "Ele diz que, para dolarizar, tudo o que falta privatizar na Argentina deveria ser privatizado, porque emitiria um título com garantia pelo petróleo, pelo lítio, pelo fundo de seguridade social", explica.

"Com isso, iriam aos mercados buscar os dólares de que o país precisa para dolarizar a economia", afirma. "Em outras palavras, privatizar, ajuste fiscal, desvalorizar a moeda nacional: são todos os projetos da direita. Formulados em termos de dolarização, tem o atrativo demagógico de gerar a ilusão entre a população que as pessoas vão ter dólares", pontua o economista, autor do livro "Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo" (Expressão Popular).

Milei também tem propostas como a venda de órgãos humanos e um sistema mercadológico de vouchers para a educação.

DATA DA NOTÍCIA: 27/04/2023

Título: 'Em prol da saúde latina': México, Cuba e Colômbia criam agência de medicamentos

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/saude/80341/em-prol-da-saude-latina-mexico-cuba-e-colombia-criam-agencia-de-medicamentos>

Representantes dos governos do México, Cuba e Colômbia assinaram na última quarta-feira (26/04) a Declaração de Acapulco, que determina a criação da Agência Reguladora de Medicamentos e Dispositivos Médicos da América Latina e Caribe (Amlac).

A declaração destaca que Amlac será um mecanismo "para contribuir com a integração regional por meio da harmonização e convergência das regulamentações sanitárias, em prol do acesso a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade".

O objetivo, segundo o comunicado, é também combater a hegemonia que as grandes potências têm tido no controle do abastecimento de insumos de saúde. O secretário mexicano de Saúde, Jorge Alcocer, afirmou que a nova agência regional “nos aproximará da autossuficiência em saúde e garantirá o acesso a medicamentos e dispositivos médicos” na América Latina.

Por sua vez, Alejandro Svarch, que representou a Comissão Federal de Proteção contra Riscos Sanitários (Cofepris) do México, disse que esse é um passo para melhorar a "desarticulação" dos países latino-americanos. Segundo ele, essa falta de integração "perpetua a dependência da região" com grandes potências, "que buscam manufaturas e matérias-primas de baixo custo e ao mesmo tempo colocam seus produtos em nossos países impondo preços que lhes garantem grandes lucros".

Já a diretora do Centro de Controle Estatal de Medicamentos, Equipamentos e Dispositivos Médicos (Cecmed) de Cuba, Olga Jacobo, disse que “serão reforçados os mecanismos de harmonização e reconhecimento das regulamentações, de forma a garantir que o registo de um medicamento ou dispositivo médico aprovado pela agência seja reconhecido pelos restantes países membros”.

Entretanto, a responsável do Instituto Nacional de Vigilância de Alimentos e Medicamentos (Invima) da Colômbia, Mariela Pardo, apelou a “todos os países da América Latina e do Caribe a juntarem-se a esta iniciativa, para trabalharem juntos pela segurança sanitária da região”.

Os representantes dos três países voltarão a se reunir nos próximos meses de maio e junho em Bogotá, na Colômbia, e em Havana, em Cuba, respectivamente, com o objetivo de consolidar a nova agência regional.

DATA DA NOTÍCIA: 28/04/2023

Título: Uruguai aprova lei que aumenta de 60 para 65 a idade para aposentadoria

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/04/28/uruguai-aprova-lei-que-aumenta-de-60-para-65-a-idade-para-aposentadoria>

O Senado do Uruguai aprovou nesta quinta-feira (27) a reforma da Previdência com 17 votos entre 28 senadores. O projeto de lei previamente aprovado pela Câmara dos Deputados aumenta a idade de aposentaria de 60 para 65 anos.

A oposição apontou que a nova legislação terá como efeito que a população trabalhe mais para ganhar menos. Os legisladores da Frente Amplia destacaram, já no início da sessão, que não contavam com tempo suficiente para realizar o debate necessário sobre as alterações da Câmara dos Deputados no projeto de lei. "É muito difícil fazer uma discussão séria nessas condições", apontou a senadora Liliam Kechichian.

O projeto de lei foi fortemente criticado por movimentos sociais e sindicais. A Central Obreira PIT-CNT convocou uma greve de 24h após a aprovação na Câmara, no último dia 24. A proposta foi classificada como "nefasta" pelos movimentos.

gerações. “Todos sabemos que, se não houver reforma, não haverá aposentadoria para os jovens que começam sua vida profissional. Muito menos para os que hoje são crianças”, destacou o senador Sergio Botana, do Partido Nacional do presidente Luis Lacalle Pou. "E

nem se fale nos que ainda não nasceram: esses não terão sequer alimentação em sua infância. Não terão acesso a recursos para uma boa educação", disse.

A aprovação da lei impulsionada pelo governo de Luis Lacalle Pou representou uma vitória ao presidente direitista. Apenas alguns minutos após a aprovação, publicou um vídeo em suas redes sociais intitulado "Há reforma, há futuro", reforçando tratar-se de uma reforma "justa e solidária".

DATA DA NOTÍCIA: 29/04/2023

Título: STF já tem 8 votos a favor de tornar réus mais 200 golpistas de 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/29/stf-ja-tem-8-votos-a-favor-de-tornar-reus-mais-200-golpistas-de-8-de-janeiro>

O Supremo Tribunal Federal (STF) já tem ampla maioria para tornar réus mais 200 pessoas envolvidas nos atos golpistas de 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes. Com a votação eletrônica aberta até o próximo dia 2 (terça-feira), oito dos ministros da corte já se manifestaram favoráveis à decisão, e nenhum contra.

O voto do ministro relator, Alexandre de Moraes, foi acompanhado por Cármem Lúcia, Dias Toffoli, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Rosa Weber. Os únicos votos que ainda não foram computados foram os dos ministros indicados por Jair Bolsonaro (PL) ao Supremo: André Mendonça e Nunes Marques. Com a recente aposentadoria de Ricardo Lewandowski, a 11ª cadeira do STF ainda está vaga.

Os ministros que ainda não votaram terão até 23h59 da próxima terça para registrar suas decisões no sistema eletrônico do Supremo. Após o fim da votação, os acusados serão formalmente réus e responderão a uma ação penal.

Entre os acusados há 100 pessoas que teriam participado diretamente dos atos de 8 de janeiro. Elas responderão por crimes como associação criminosa armada, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de estado e deterioração de patrimônio tombado. Os outros 100 acusados são supostos autores intelectuais e pessoas que incitaram o vandalismo, que podem responder por incitação ao crime e associação criminosa.

Esta é a segunda leva de acusados de envolvimento nos atos golpistas que é alvo de votação semelhante no STF. Na primeira, encerrada no plenário virtual na última terça, eram 100 acusados. Mendonça e Nunes Marques votaram por rejeitar a denúncia contra 50 deles, mas foram derrotados por 8 a 2.

DATA DA NOTÍCIA: 30/04/2023

Título: Santiago Peña vence as eleições e mantém hegemonia do Partido Colorado no Paraguai

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80401/santiago-pena-vence-as-eleicoes-e-mantem-hegemonia-do-partido-colorado-no-paraguai>

As eleições presidenciais do Paraguai, realizadas neste domingo (30/04), terminaram com a vitória do candidato do Partido Colorado, o economista Santiago Peña, de 44 anos.

Com mais de 99% das urnas apuradas, Peña obtém 42,8% dos votos [1,2 milhão de votos totais] e uma vantagem de quase 16 pontos percentuais sobre o segundo colocado, Efraín Alegre, do Partido Liberal, que tem 27,5%.

Diante de uma vantagem irreversível, alcançada quando havia cerca de 83% da apuração concluída, o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE) declarou o candidato governista como presidente eleito. Ele deve assumir, no próximo mês de agosto, um mandato de cinco anos, até agosto de 2028.

Apesar de ter contado com o apoio do atual mandatário do país, o também colorado Mario Abdo Benítez, Peña está mais ligado ao ex-presidente Horacio Cartes (2013-2018), pois foi ministro da Fazenda durante aquele governo.

A vitória do economista também significa que o Partido Colorado mantém sua hegemonia no Paraguai, iniciada com a chegada ao poder de Juan Natalicio González, em agosto de 1948. Desde então, a legenda conservadora quase nunca perdeu o poder no país, entre mandatos democráticos e o período ditatorial liderado pelo general Alfredo Stroessner (1954-1989).

O único período presidencial no Paraguai que não foi liderado pelos colorados aconteceu entre 2008 e 2013, quando Lugo venceu as eleições e governou até 2012, ano em que foi vítima de um golpe de Estado parlamentar orquestrado pelo Partido Liberal, do seu então vice Federico Franco, que governou durante o último ano de mandato.

Aquela aliança entre liberais e progressistas foi reeditada nas últimas eleições, sob a liderança de Efraín Alegre, do Partido Liberal, que foi ministro de Obras Públicas de Lugo. Ele foi derrotado em 2018 por Benítez e novamente este ano, diante de Peña.

Nas eleições deste 2023, Alegre obteve 27,5% [pouco mais de 800 mil votos totais]. A performance foi significativamente abaixo da conquistada há cinco anos, quando ele superou a marca de um milhão de votos, ficando com 43,1% [3,3% a menos que o vencedor, Abdo Benítez].

O terceiro colocado neste ano foi o ultranacionalista Payo Cubas, do partido Cruzada Nacional. Ele obteve cerca de 22,9% dos votos [quase 700 mil votos totais], alcançando o melhor resultado da extrema direita na história do Paraguai.

Outro representante da extrema direita, o ex-goleiro José Luis Chilavert, chegou a figurar em quarto lugar em algumas pesquisas no início do ano, mas sua candidatura acabou se desinflando na reta final, e ele terminou em quinto, com 0,8% [pouco mais de 24 mil votos totais].